

# Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos Sociedade de Advogados RL

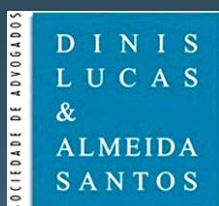
11 a 15 de Novembro de 2013



## DESTAQUES

DE 11 A 15 DE NOVEMBRO

*Boutique law firm*



geral@dlas.pt

[www.dlas.com.pt](http://www.dlas.com.pt)

217 816 010

Av. Republica n° 50

7-A

1050-196

Lisboa

### FINANÇAS

#### **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[Portaria n.º 335/2013, de 15 de Novembro](#)

**(Ministério das Finanças)**

Oitava alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de Fevereiro que fixa o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

#### **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

[Despacho n.º 14546/2013, de 12 de Novembro](#)

**(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e da Secretária de Estado do Tesouro)**

Aprova a lista dos bens imóveis correspondentes às escolas que são transmitidas do domínio privado do Estado para o património da Parque Escolar, E.P.E.

[Aviso n.º 13913/2013, de 15 de Novembro](#)

**(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)**

Lista definitiva de bens do domínio privado do Estado Português.

## **SEGUROS**

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 6/2013-R, de 11 de Novembro](#)

**(Instituto de Seguros de Portugal)**

[Norma regulamentar n.º 6/2013-R](#): consolida o normativo emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal que tem por objecto regular os procedimentos operacionais de pagamento das taxas e contribuições devidas pelas empresas de seguros e pelas sociedades gestoras de fundos de pensões ou relativamente às quais estes operadores são responsáveis pela respectiva cobrança e entrega.

## **JUSTIÇA**

[Despacho n.º 14517/2013, de 11 de Novembro](#)

**(Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra)**

Autoriza a Ordem dos Notários a constituir um Centro de Mediação e Arbitragem.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2013, de 12 de Novembro](#)

**(Supremo Tribunal de Justiça)**

Da conjugação das normas do artigo 400.º, alíneas e) e f), e artigo 432.º, n.º 1, alínea c), ambos do CPP, na redacção da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, não é admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça de acórdão da Relação que, revogando a suspensão da execução da pena decidida em 1.ª instância, aplica ao arguido pena não superior a 5 anos de prisão.

[Aviso n.º 13712/2013, de 12 de Novembro](#)

**(Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Administração da Justiça)**

Torna-se público que a lista oficial de peritos avaliadores foi actualizada, podendo a mesma ser consultada na página da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

## **EMPRESAS PÚBLICAS**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-A/2013, de 15 de Novembro](#)

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova a minuta do acordo que rectifica o contrato de compra e venda da rede básica de telecomunicações e da rede de telex, celebrado entre o Estado Português e a PT Comunicações, S.A., em 27 de Dezembro de 2002.

## **MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

### **COOPERAÇÃO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2013, de 14 de Novembro](#)

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a participação na 12.ª reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento.

## **ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

[Decreto-Lei n.º 158/2013, de 15 de Novembro](#)

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-C/2006, de 16 de Junho, que estabelece como serviço público o acesso universal e gratuito ao Diário da República e as demais condições da sua utilização, prevendo que os actos do Governo publicados na 2.ª série do Diário da República são ordenados de acordo com a lei orgânica do Governo ao nível do primeiro emissor do ato.

## **ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**(SEGURANÇA PÚBLICA)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2013, de 14 de Novembro](#)

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a realização da despesa relativa à prorrogação do contrato-quadro de fornecimento de serviços de suporte da Rede Nacional de Segurança Interna, pelo período de um ano.

## **AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

**(SEGURANÇA PÚBLICA)**

[Despacho n.º 14535-A/2013, de 11 de Novembro](#)

**(Ministério da Agricultura e do Mar - Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária)**

Autorização de abate para autoconsumo.

## **DESPORTO**

[Portaria n.º 333/2013, de 14 de Novembro](#)

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova o Regulamento Geral de Utilização e Exploração das Instalações Desportivas do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Foi aprovado o seguinte:

- Uma resolução que determina a criação da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD).

A Instituição Financeira de Desenvolvimento terá como objectivo apoiar a concretização das políticas públicas de promoção do crescimento e emprego, proporcionando o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, e contribuindo para a promoção da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas.

A IFD assume um novo modelo institucional que permite ao Estado gerir, de uma forma eficaz e essencialmente na qualidade de grossista, os instrumentos financeiros públicos de estímulo, incentivo e orientação do investimento empresarial em bens e serviços transaccionáveis.

Complementarmente, esta Instituição deve desempenhar funções de apoio técnico sobre modelos de financiamento público, contribuindo para a promoção da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas.

A nova instituição irá recorrer a financiamento de entidades supranacionais, aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, bem como à totalidade dos reembolsos associados aos diferentes períodos de programação no âmbito dos fundos da política de coesão europeia.

- Aprovou a concessão de incentivos fiscais a oito projectos empresariais de investimento que, no seu conjunto, totalizam 151 milhões de euros.

- Um diploma que procede à alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

- O regime sancionatório decorrente do Regulamento da União Europeia relativo aos direitos dos passageiros dos serviços de transporte marítimo e do transporte por vias navegáveis interiores.

- A alteração do diploma relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo os ajustamentos aprovados por uma directiva da União Europeia, na sequência dos progressos científico e técnico entretanto registados.
- A orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, na sequência das alterações verificadas na estrutura e orgânica do Governo.
- A orgânica do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, integrando o sector do emprego neste ministério.
- A minuta do acordo que rectifica o contrato de compra e venda da rede básica de telecomunicações e da rede de telex, celebrado entre o Estado Português e a PT Comunicações, S.A., delegando na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia os poderes para a sua outorga.

### **18 de Novembro de 2013**

---

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: [geral@dlas.pt](mailto:geral@dlas.pt)

---